



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Projeto de Lei _____/2018

Dispõe sobre a identificação em braile nas portas dos gabinetes e salas das repartições pública e privadas no Município de Cachoeiro de Itapemirim e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituída a identificação em braile nas portas dos gabinetes e salas das repartições públicas e privadas, a fim de facilitar o acesso dos deficientes visuais.

Art. 2º - A placa de identificação deverá conter o nome específico de cada setor.

Parágrafo Único – As placas, por certo, devem estar adaptadas em altura que facilite a leitura.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal regulamentará, no que couber, a presente Lei, buscando sua melhor aplicação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 20 de Julho de 2018.

WALLACE MARVILA FERNANDES

(Professor Wallace)

Vereador/PP

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

JUSTIFICATIVA

Não obstante os direitos constitucionais, como é sabido, a Lei nº. 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), visa garantir condição de igualdade das pessoas portadoras de deficiência.

Nessa toada, as repartições públicas e privadas devem garantir meios mais efetivos de prestar informações, a fim de facilitar o acesso das pessoas com deficiência visual. Sabemos que a acessibilidade, com especificidade, deve ser proporcionada a todas as pessoas com deficiência, porém existe grande carência quando tratamos do deficiente visual. Neste Município são raros os estabelecimentos que fornecem informações em braile.

Devemos complementar, ainda, que a falta de adaptações razoáveis, que busquem garantir a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência é tida como ato discriminatório, nos termos do art. 4º, §1º da Lei nº. 13.146/2015:

“Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

*§ 1º **Considera-se discriminação em razão da deficiência** toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo **a recusa de adaptações razoáveis** e de fornecimento de tecnologias assistivas. (Grifo Nosso).*

Quanto a acessibilidade, a Lei assim expõe:

*“Art. 53. A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de **FORMA INDEPENDENTE** e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.” (Grifo Nosso).*

*“Art. 55. A concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e **instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo**, tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade.” (Grifo Nosso).*

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

“Art. 57. As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes.” (Grifo Nosso).

Por todo exposto, submeto o presente Projeto de Lei a apreciação dos Nobre Vereadores para sua tramitação e aprovação.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 20 de Julho de 2018.

WALLACE MARVILA FERNANDES

(Professor Wallace)

Vereador/PP

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”
